

**DECLARAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD,  
PROFERIDA PELO DEPUTADO MENDES BOTA  
Plenário da Assembleia da República  
11 de Junho de 2014**

Esta manhã, o Estado português realizou o primeiro **leilão** de dívida pública em Obrigações do Tesouro a 10 anos desde a saída da Troika, numa operação em que contou apenas consigo próprio, sem o apoio de um sindicato bancário.

O resultado deste leilão já é conhecido e foi um sucesso: o Tesouro português colocou 975 milhões de euros (acima dos 750 milhões inicialmente previstos), contando com uma forte procura que superou em mais de duas vezes a oferta e - muito importante - com uma taxa de juro que desceu para mínimos de 2005!

Existem três palavras que explicam mais este importante marco para a vida colectiva do país e que consubstancia mais uma conquista para Portugal.

São elas: credibilidade, confiança e estabilidade.

Fixemo-nos, de modo especial, nesta última palavra: **estabilidade**.

A estabilidade não é um valor ou um fim em si mesmo. Mas é uma condição basilar para que a economia retome, recupere e entre finalmente numa rota de progresso que possibilite reabilitar e reinstaurar o bem-estar e a confiança no conjunto da população portuguesa.

Os que pretendem isolar a capacidade económica de um país da capacidade desse mesmo país responder de forma cabal aos direitos, necessidades e legítimas expectativas dos seus cidadãos, não perceberam, nem aprenderam nada nestas quatro décadas de democracia.

Ou então, pretendem apenas persistir na ilusão de que tudo é fácil, de que tudo é possível, de que tudo é um direito adquirido, mesmo quando não se verificam as condições mínimas para assegurar os direitos essenciais das pessoas.

Hoje, todos sabemos bem – e a duras expensas - o que nos custou e ainda está a custar a persistência nessa ilusão.

Mas, o que verdadeiramente nos espanta, é que ainda haja quem insista nesse caminho e nessa mentira.

E parece que já se perfilam novos arautos (ou não tão novos assim, nem tão inexperientes, nem tão impolutos) dessa mesma forma de fazer política sorridente, que consiste em prometer mundos e fundos, em prometer tudo a todos, sabendo perfeitamente que tal não é sério, não é possível, nem é sustentável.

A não ser na tradição demagógica e irresponsável a que alguns nos habituaram, de fazer a festa e deixar a factura pesada para os que vierem a seguir.

Este Governo e a maioria parlamentar que o apoia constituem, hoje, um referencial de estabilidade política do País.

Ou, por outras palavras, constituem **o único projecto responsável e credível** em que os portugueses confiam para conduzir o País à recuperação económica, à criação de emprego, à solidificação e sustentabilidade das políticas sociais.

O único projecto de mudança, mobilizador e determinado em encetar uma verdadeira reforma estrutural de um Estado que cresceu desmesuradamente, acumulando ineficiências e iniquidades, quase ao ponto de se ter tornado ingovernável e insustentável.

Os Portugueses reconhecem o esforço e a determinação deste Governo e desta maioria, apesar dos duros sacrifícios e constrangimentos a que foram sujeitos nestes últimos três anos.

Os **resultados das eleições do passado dia 25 de Maio**, tendo sido para escolher os eurodeputados portugueses para o Parlamento Europeu, colocaram à evidência, no plano interno, como o povo português não fez da oposição – como ela esperava – o fiel depositário do seu descontentamento.

A explicação para este facto é simples.

Porque os Portugueses sabem que não foi este Governo nem esta maioria quem colocou Portugal na difícil situação em que se encontrava em Junho de 2011.

Mas sabem que foi este Governo quem teve a determinação e a coragem de fazer o que tinha de ser feito para o tirar de lá.

Sabem que foi este Governo quem, ao longo de três anos, guiou o País num rumo de responsabilidade e compromisso com os seus credores, cumprindo com sucesso um difícil mas incontornável programa de ajustamento económico-financeiro, mês após mês, exame após exame.

E, finalmente, os Portugueses sabem que foi este Governo quem, há menos de um mês, no dia 17 de Maio, conduziu Portugal a uma **saída limpa** do seu programa de assistência económica e financeira.

Os Portugueses sabem que foi este Governo quem conduziu o País, de novo, ao limiar da esperança num Portugal Renovado.

Desiluda-se quem pense que a estabilidade é um conceito demasiado abstracto, demasiado vago, sem uma correspondência concreta com a realidade.

Os inúmeros **indicadores positivos** de que, desde há mais de um ano, a economia portuguesa tem dado mostras confirmam, não apenas que o País está a seguir o caminho certo – com resiliência, com determinação e com confiança – mas confirmam também que esse caminho só tem sido possível porque tem havido a necessária estabilidade política e governamental.

Sem pretender ser exaustivo na enumeração desses sinais, mas como subitamente os partidos da oposição deixaram de falar nesses temas, valerá a pena mencionar aqui alguns.

Começando pela questão que mais nos preocupa, o **desemprego**, mas que aparentemente já não preocupa tanto os senhores deputados da oposição.

Os últimos dados do Eurostat mostram-nos que o desemprego desceu para 14,6% em Abril, o que representa um recuo de 2,7 pontos percentuais em relação a Abril de 2013.

Esta é a maior variação homóloga desde que há dados do Eurostat sobre o desemprego em Portugal, ou seja, desde 1983.

Em termos absolutos, registaram-se em Abril menos 147 mil pessoas desempregadas que no mês homólogo.

A redução sustentada da taxa de desemprego desde o valor mais alto em Janeiro 2013 (17,6%) até ao mês de Abril 2014 (14,6%) traduz-se em 15 meses consecutivos de diminuição. E em 9 meses consecutivos de taxas mensais homólogas mais baixas.

No desemprego jovem - que apesar de tudo se mantém gravemente alto, na casa dos 36% -, verificamos igualmente uma queda sustentada de menos 4,2% percentuais em relação ao ano passado. Em números absolutos, são mais 16 mil jovens com emprego.

O mesmo movimento positivo vem-se verificando na criação de emprego, com a taxa a crescer de mês para mês.

Mas, se falar do desemprego deixou de ser interessante para os partidos da oposição, falemos então do **crescimento da economia**.

A semana passada, o INE confirmou que a economia portuguesa teve, no primeiro trimestre deste ano, um crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior. Trata-se do segundo crescimento trimestral homólogo em quase três anos.

Também a **procura interna** tem vindo a aumentar, destacando-se o aumento do investimento, que disparou mais de 12 pontos percentuais entre Janeiro e Março face ao mesmo período de 2013. De igual forma, o consumo privado tem vindo a crescer.

Uma palavra também para as **exportações**, principal motor da nossa economia, que aumentaram de 30% do PIB em 2010 para 40% em 2013.

Poder-se-á, ainda, acrescentar a **queda acentuada das taxas de juro** da dívida pública para mínimos históricos ou o acesso de Portugal aos mercados, fruto da recuperação da nossa credibilidade internacional, bem como uma economia melhor preparada, mais competitiva e mais integrada na economia global.

A consolidação de todos estes resultados abre um novo ciclo de crescimento e de confiança para a economia portuguesa, o que já permitiu rever em alta o seu crescimento para 2014 e para 2015 (1,2 e 1,5 por cento, respectivamente).

Simultaneamente, abre-se uma nova fase na recuperação nacional, com ênfase na recuperação do emprego, das políticas sociais, e na reversão ou recuperação gradual do rendimento das pessoas, designadamente dos funcionários públicos e pensionistas que foram mais afectados nos seus rendimentos.

Face a estes **resultados**, há uma pergunta que se impõe: **seriam eles possíveis num clima de instabilidade e de desconfiança interna e externa?**

A resposta, por muito que desgoste quem está sempre no contra e quem age por mero cálculo político-partidário, é só uma: não, estes resultados só são possíveis porque este Governo e a maioria que o suporta pautam a sua acção pela criação de condições de estabilidade governamental, estabilidade orçamental, estabilidade política e estabilidade social, colocando sempre o interesse nacional acima dos interesses partidários, como ainda ontem o Senhor Presidente da República referiu, no seu discurso na celebração do Dia 10 de Junho.

Pode acusar-se o Governo do que se quiser. De eleitoralismo, nunca!

Da parte dos partidos que suportam o Governo, houve sempre, e continua a haver, disponibilidade para o diálogo e encontrar consensos. Infelizmente, o mesmo não se pode dizer dos partidos da oposição, onde impera a indisponibilidade e a intransigência.

São estas condições de estabilidade que têm permitido ao País abandonar progressivamente o cenário de crise, o espectro do fracasso, a confiscação da nossa autonomia, e trilhar um caminho de maior responsabilidade, de maior crescimento, de melhor solidariedade, de maior justiça e melhor bem-estar.

Mas, estabilidade é também sinónimo de prudência, de bom senso e de previsibilidade. E quando estes acabam, começam os riscos.

Atrever-me-ia a dizer que o maior risco que Portugal hoje corre é o risco de voltar para trás, pondo em causa tudo o que os Portugueses já conquistaram com tanto esforço.

Este não é um risco negligenciável.

Se, do lado de certas forças políticas há indisfarçáveis tentativas de branquear o passado recente que nos conduziu ao desastre, por outro lado há claros movimentos que sequestram o futuro dos Portugueses, em nome de um passado que já provou não dar resultado.

O pleno respeito pelas decisões soberanas do **Tribunal Constitucional** não nos inibe de manifestar a nossa opinião sobre essas decisões quando delas discordamos.

É o que temos feito com total transparência e num quadro de respeito e lealdade institucional.



A democracia, quando existe, é para todos. E nenhum órgão político, ou nenhum detentor de cargo público, está acima do escrutínio e da crítica sobre as suas acções ou omissões, por parte de todos e de cada um de nós.

Mal estará o País se uma parte dos cidadãos ou das suas instituições, estiver impedida de manifestar opiniões ou pedidos de esclarecimento, sob pena de acusação de perturbar o regular funcionamento das instituições democráticas.

Se chegássemos a esse ponto, Portugal já não seria um verdadeiro Estado de Direito democrático. Seria uma semidemocracia que rejeitaríamos vivamente.

Quando pedimos que o Tribunal Constitucional esclareça e clarifique um acórdão que, na nossa perspectiva, contém notórias lacunas que impedem uma plena e cabal aplicação das suas decisões, estamos convictos que o interesse desse esclarecimento não é um exclusivo do Governo ou desta maioria, mas sim de todos, incluindo o próprio Tribunal Constitucional e, sobretudo, os visados pelas medidas em causa.

Quando pedimos que o Tribunal Constitucional incorpore certeza e previsibilidade nas suas decisões, especialmente nas que têm impacto no desempenho financeiro do Estado e reflexo nas contas públicas, estamos a pedir fundamentalmente solidariedade institucional, em nome do interesse maior que é o interesse do povo português.

A Constituição da República Portuguesa em vigor, tem que ser respeitada, mas isso não nos impede de manifestar a nossa opinião de que se trata de um texto fundamental a carecer de revisão, que ela própria prevê, tantas são as disposições que se encontram desfasadas do tempo e das realidades, do País e do Mundo.

Ortega Y Gasset disse que nós somos nós e as nossas circunstâncias. Julgo que o mesmo se pode aplicar aos países e às suas instituições.

Contra todas as tentativas de instaurar em Portugal um clima de medo, incerteza, suspeição e instabilidade; contra a retórica e a demagogia incendiária, os Portugueses sabem que podem contar connosco como um sólido referencial de estabilidade.

Saibamos cada um de nós estar à altura das nossas circunstâncias, para que o interesse de Portugal e dos Portugueses esteja acima de todos os outros interesses.